



Unidade de conservação parque estadual Altamiro de Moura Pacheco: turismo sustentável

Giulliano Peixoto Miranda¹

Eliane Lopes Brenner²

Antônio Pasqualetto³

Susimara Patricia Sessi⁴

¹ Pontifícia Universidade Católica de Goiás – (giullianopeixoto@hotmail.com).

² Pontifícia Universidade Católica de Goiás – (elianeib@hotmail.com)

³ Pontifícia Universidade Católica de Goiás – (pasqualetto@pucgoias.edu.br)

⁴ Universidade Luterana do Brasil – (susi.ps@gmail.com)

Resumo

Os Parques são Unidades de Conservação (UCs) que visam à proteção da natureza e utilização indireta dos seus recursos através de visitação e pesquisa científica. É preciso planejar seu uso turístico levando em consideração os costumes e necessidades locais, criando atrativos com foco na educação e preservação ao mesmo tempo. Goiânia é intitulada o Pólo de Negócios e Eventos do Estado de Goiás. Da necessidade de diversificar seu produto turístico foi realizada uma pesquisa nos seus Parques Municipais a fim de determinar o perfil do usuário de áreas naturais, suas preferências e motivações e feito visitas de campo no PEAMP e entrevistas com os responsáveis por sua gestão. Foi verificado que a maior parte dos visitantes de Parques é residente de Goiânia, e eles identificaram como necessidade para melhoria a acessibilidade e presença de estrutura e atividades compatíveis, e foi também identificado a vocação dessas áreas para o cicloturismo.

Palavras-chave: Unidade de Conservação, planejamento turístico, sustentabilidade.

Área Temática: Tema 5 – Gestão Ambiental Publica

STORAGE UNIT OF STATE PARK ALTAMIRO DE MOURA PACHECO: SUSTAINABLE TOURISM

Abstract

The Parks are Conservation Units (CUs) that aim to protect nature and indirect use of its resources through scientific research and visitation. It's needed to plan your tourist use considering local needs and customs, creating attractive with a focus on education and preserving at the same time. Goiânia is called the Business and Events Pole of the State of Goiás. The need to diversify its tourism product was conducted a survey in their Municipal Parks to determine the profile of natural areas users, their preferences and motivations along with field inspection into PEAMP and interviews with its management responsible. It was found that the majority of visitors into Parks are Goiânia's resident, and they identified the need to improve the accessibility and presence of compatible structure and activities, and also identified the vocation of these areas for cycling. Created a PEAMP's Integrated Plan of Recreational Use where actions have been proposed for environmental and heritage education and a Green Route that goes from the Municipal Parks to PEAMP, thus creating sustainable tourist use to the UC.

Key words: Conservation Unit, tourism planning, sustainability.



Theme area: Theme 5 - Environmental Management Public

1 Introdução

As Áreas Protegidas foram criadas a partir da necessidade de se preservar bens econômicos, recursos minerais, paisagens e lugares de possível lazer das pessoas, assim como também, posteriormente, passaram a basear essa preservação na manutenção da fauna e flora ali presentes.

Cada Parque possui determinadas características que o fizeram ser tombado como patrimônio natural. Logo, ele possui elementos que devem ser preservados e apreciados pela população. Mas para que isso ocorra, é necessária a participação do governo e da sociedade civil na sua gestão, pois essa integração do ser humano com a natureza é condicionante na atualidade devido ao processo de transformação que a sociedade passa perante a iminente necessidade do desenvolvimento sustentável.

Porém, a realidade nem sempre é como está determinado por lei. Muitos Parques são invadidos por populações carentes, tem seus recursos extraídos e comercializados e são depredados pelos que não compreendem sua importância. Além disso, a carência da Gestão Sustentável desses Parques trás problemas como degradação, poluição e mau uso dos seus recursos (IRVING *et al.*, 2005).

O PEAMP não está tendo o um aproveitamento adequado de seus recursos naturais e histórico-culturais, não ocorre à sensibilização do visitante para a importância dessas UCs, bem como também não há devida integração das comunidades do entorno aos Parques e aos potenciais benefícios socioeconômicos advindos da conservação local. Por isso é necessária a criação de uma proposta de uso turístico recreativo do Parque, interligando-o ao contexto urbano de forma a atrair o público de Parques Municipais de Goiânia ao PEAMP.

2 Revisão bibliográfica

2.1 Unidade de Conservação (uc)

Há muito tempo já é percebida uma preocupação com a conservação da natureza, de forma que ela possa ser utilizada pela geração atual sem prejudicar as necessidades das gerações futuras. A busca do desenvolvimento sustentável mostra a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e impulsionem um ambiente socialmente justo e economicamente viável. Destacar a questão ambiental nos processos de planejamento e desenvolvimento da sociedade é necessário para se construir um novo paradigma, no qual há uma visão realista da possibilidade desse encaixe dos pilares do desenvolvimento (MARRA, 2011).

Inicialmente no Brasil, a criação de leis florestais baseava-se na proteção desses bens apenas no sentido econômico, como era o exemplo da madeira no período colonial, que por ser considerado um recurso militar – utilizada na construção de embarcações – tinha seu uso protegido e controlado. Após muito tempo, como reflexo da preocupação mundial, principalmente após a Conferência de Estocolmo em 1972, começou-se a desenvolver órgãos e legislações pensando na conservação do meio ambiente visando não só o viés econômico, mas o uso racional dos recursos naturais em prol do desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2011).

É considerado um ponto de partida desse contexto a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872, uma idéia que rapidamente se consolidou e



espalhou pelo mundo. O Brasil teve sua primeira UC consolidada em 1937, o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro. Inicialmente eram criados Parques desconsiderando as comunidades próximas a ele. Entretanto essa conservação conhecida como passiva, onde o local é totalmente protegido e não é permitido nenhum tipo de uso não é eficaz no seu intuito primordial que é proteger, pois a população local não estabelece uma ligação com o espaço protegido não se importando com a degradação ou má gestão daqueles recursos, o que leva a perceber o Parque não como um patrimônio, mas sim como inimigo pela dificuldade em conviver de forma sustentável com a área (SANTOS *et al.*, 2011).

Para definir as categorias e forma de manejo das áreas naturais protegidas foi criado em 1970, em parceria do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal com a ONG, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, que mais tarde, em 1982, em sua segunda etapa ficou conhecido como Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Seus objetivos visam a manutenção e preservação da biodiversidade e recursos naturais e o desenvolvimento sustentável a partir dos mesmos. Ele divide as áreas naturais protegidas em dois grupos: a Unidade de Proteção Integral, a qual admite apenas o uso indireto de seus recursos naturais, onde se enquadra a Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e a Unidade de Uso Sustentável, a qual compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, tendo como exemplos a Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

A Unidade de Conservação (UC) é um espaço protegido pelo governo, com limites definidos, que possui características naturais importantes e rica biodiversidade. Por estas características é preciso garantir sua proteção e conservação de seus recursos.

Uma das categorias de UC é o Parque, que tem como principal objetivo a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando pesquisas científicas, educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico e de aventura, sendo considerada como pilar central para o desenvolvimento de estratégias de conservação da biodiversidade, além do potencial turístico que ela pode adquirir, fomentando o desenvolvimento econômico da região (GOIÁS, 2012).

2.2 Planejamento turístico

Ultimamente o turismo é um setor que vem se expandindo significativamente. A atividade turística se bem planejada e gerida pode desencadear transformações na estrutura e na dinâmica social do local, causando melhorias da qualidade de vida, além de preservar e potencializar de forma racional o uso dos recursos naturais e culturais. O Brasil possui uma diversidade de figuras de Unidades de Conservação e paisagens de valor ambiental e histórico-cultural com potencial para atrair turistas, porém infelizmente nem sempre esses elementos são devidamente utilizados. Entretanto é usual a falta de planejamento e a gestão ineficiente no incremento do turismo e neste processo ele pode ser mais um agente de degradação que de conservação (BACAL *et al.*, 2007).

Deve-se salientar que o planejamento do uso dos Parques como áreas de lazer e recreação aumenta as potencialidades de programas ambientais, em especial na área da educação com foco na postura do cidadão perante o meio natural. Além do fato de que essas ações diversificam a oferta turística local, elas chamam a população à uma nova perspectiva, onde ao se tornar mais consciente do seu entorno natural e social, passam a agir de maneira correta, fazendo com que os preceitos do desenvolvimento sustentável deixem de ser apenas



um discurso, e a educação ambiental é percebida como o pilar central das estratégias que aprofundam e promovem esse novo paradigma (CAMPOS *et al.*, 2011).

Com essa alavancada do setor turístico vem a necessidade de acessibilidade e mobilidade entre as grandes cidades e os pólos turísticos, impondo a criação e melhoria das condições de deslocamento e interligando regiões que antes tinham difícil acesso, o que integra esses lugares ao contexto urbano atual. Porém, para que isso ocorra de forma satisfatória, é visto a necessidade de um planejamento e investimento na melhoria da infraestrutura das cidades e suas conexões.

2.3 Gestão de UC

A gestão de uma área natural de Proteção Integral quando realizada de forma passiva intenta proteger a área de qualquer possibilidade de utilização, direta ou indireta, a fim de proteger e preservar o patrimônio existente. Esse tipo de conservação impede a perda da originalidade do local, pois não permite nenhuma interferência antrópica na região, deixando intactas a fauna e flora e os recursos minerais. Tais restrições, as quais impedem inclusive visitação, excluem as comunidades próximas de sequer utilizar de forma recreativa a área protegida, além de desapropriar ocupações e tornar ilegal qualquer tipo de extração. Tudo isso gera um sentimento de revolta contra a reserva, fazendo com que a população não se preocupe com a preservação local e não tenha interesse em participar da gestão e nem mesmo observar se está sendo feito da melhor maneira (RYLANDS; BRANDON, 2005).

A conservação ativa visa o uso indireto de áreas de Proteção Integral, tal como visitação e pesquisa científica. Dessa forma, a população pode utilizar para lazer e recreação os recursos naturais de acordo com o Plano de Manejo da Unidade, além de poder ser realizado atividades de educação ambiental durante a visitação. Isso trás o interesse da comunidade e visitantes em geral na gestão do local, o que é um incentivo para o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, a pesquisa científica pode gerar resultados importantes para as bases de conhecimento. Porém, quando uma área protegida é utilizada e não é bem gerida, pode causar impacto ambiental, afetando o intuito primordial que é preservar devido ao excesso de visitantes ou circulação de pessoas em áreas mais frágeis as quais não deveriam ter visitação (ESPÍNOLA; CASTRO, 2012).

Portanto, a adoção de um modelo de conservação ativa, a Gestão Participativa ou Compartilhada, onde há diferentes níveis de proteção, colocando a população em contato com parte daquele recurso, ajuda no planejamento, conservação e uso a fim de gerar um sentimento de pertença, criando um vínculo com o lugar, de forma a impulsionar o interesse na sua preservação e gestão sustentável. Porém, para que seja eficaz essa gestão ativa é necessário o planejamento correto do seu uso, assim como a gestão e participação de todos no processo decisório a fim de melhor gerir os recursos e não gerar impactos, ou seja, utilizando e preservando ao mesmo tempo (FONTES; RIBEIRO, 2010).

Os resultados da gestão participativa são proporcionais à mobilização da comunidade. Quando há um comprometimento verdadeiro dos gestores e benefícios gerados pelo uso adequado de um Parque, é percebido como é necessário e satisfatório essa modalidade de gestão, pois a não valorização da realidade local pode produzir uma rejeição na coletividade e a ineficiência da conservação do espaço natural. Dessa forma, para ser operacional e eficaz o uso sustentável das Unidades de Conservação, devem-se adotar os postulados do desenvolvimento sustentável de modo a planejar o uso local incluindo a participação social, benefícios econômicos e preservação ambiental (BELINASSI *et al.*, 2011).

2.4 Turismo em Goiânia



Goiânia possui uma localização estratégica no território nacional e no estado de Goiás, fato o qual a torna um indutor de turismo, principalmente no segmento de eventos e negócios, competindo com as grandes capitais do país nesse setor. Dos seus turistas, 34% têm como motivação principal da viagem negócios, 24% visita particular, 16% convenções e congressos, 12% saúde, e os outros 14% compras, férias, etc. (SILVA *et al.*, 2008).

Existem ao todo 191 Unidades de Conservação Municipais cadastradas e administradas pela Agência Municipal de Meio Ambiente – AMMA. A importância dessas áreas verdes começa a ser percebida por todos, pois atuam fortemente como reguladores do microclima e balanço hídrico, amenizando as temperaturas nos dias de calor, sendo uma alternativa para se refrescar.

3 Metodologia

3.1 Caracterização área-alvo

A área foco do estudo compreende o Parque Estadual Altamiro Pacheco (Figura 1) e região próxima de seu entorno. Possui uma área de aproximadamente 3.151,75 ha, situada nos municípios de Goianópolis, Nerópolis, Goiânia e Terezópolis de Goiás, está localizado na Zona Norte de Goiânia, no km 127 da BR-060, que liga as cidades de Goiânia (distante a 15 km) e Anápolis (a 30 km) à Brasília (a 160 km).

Criado em 03 de julho de 1991 pela Lei 11.471 e regulamentado pela Lei 11.878 de 30 de dezembro de 1992, com o objetivo de proteger remanescentes das Florestas Estacionais da região de Goiânia, a fauna residente, o patrimônio arqueológico local, além de servir de proteção para o reservatório formado pelo represamento do Ribeirão João Leite (GOIÁS, 1992).

3.2 Etapas

Foi feito um levantamento bibliográfico para auxiliar na elaboração do Plano Integrado de Uso Recreativo do PEAMP. Foi então realizada uma pesquisa nos Parques Municipais para determinar o perfil do turista de Parques em Goiânia. Esse estudo auxiliou a determinar as preferências e práticas do usuário em questão, formando uma base de dados para a realização do planejamento turístico.

Foram realizadas em outubro de 2012 a aplicação de um questionário com 27 perguntas, como observado na Tabela 1, totalizando 120 entrevistados nos Parques Vaca Brava, Bosque dos Buritis, Lago das Rosas, Flamboyant e Areião. Foram abordadas pessoas realizando as diversas atividades oferecidas em cada Parque para se ter uma visão geral dos visitantes entre o horário das 17h e 19h, o período mais movimentado, e traçar o perfil de cada Parque.

Foram também realizadas visitas no Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco no mês de março de 2012 (anterior a reabertura de visitação espontânea do Parque) e março de 2013 (após a reabertura do Parque) para observação direta intensiva – observação e entrevista.

A fim de verificar a ocupação do espaço natural, os recursos disponíveis e criados para uso, os impactos ambientais e sociais produzidos pelo uso indireto dos recursos turísticos decorrentes das ações praticadas pelo turista.

Durante o estudo foi também feito o contato com a SEMARH, sendo ela a responsável pela gestão e fiscalização do Parque, transmitiu informações atuais sobre a gerência do



mesmo, auxiliando na prospecção da área, identificando as principais mudanças após o barramento e a formação atual das trilhas e áreas do Parque que estão em uso.

4 Resultados e discussões

4.1 Turista dos parques em Goiânia

Através dos questionários aplicados nos cinco Parques escolhidos em Goiânia, foi possível traçar um perfil do usuário dessas áreas. É visto que 21% dos entrevistados se declararam turistas, sendo metade desses de cidades do interior de Goiás e a outra metade de diferentes estados como São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal entre outros. Sendo 79% dos entrevistados residentes de Goiânia e sua Região Metropolitana.

Dos turistas, a maioria, 72%, frequenta a cidade regularmente, sendo 16% deles a primeira vez na cidade e 12% já a visitou duas ou três vezes, como visto na Figura 2-a. Quanto à permanência dos mesmos, é visto que 48% ficam de um a três dias, 20% de três a sete dias e 32% mais que sete dias. Isso mostra que há uma taxa de visitantes os quais tem uma passagem rápida pela cidade, mas ainda sim, utilizam áreas naturais como forma de lazer.

O Parque com maior número de turistas foi o Parque Vaca Brava com 26% dos entrevistados no local, Lago das Rosas com 24%, Bosque dos Buritis com 21%, Areião com 20% e Flamboyant com 12%. Esses dados evidenciam a popularidade de cada Parque, pois os mais visitados são os mais conhecidos, os cartões postais da cidade.

Todos afirmaram visitar outros Parques em Goiânia, e dentre eles, os mais frequentes são Vaca Brava, Bosque dos Buritis, Lago das Rosas e Flamboyant, respectivamente.

Foi perguntado quanto a suas preferências de atividades de lazer, dentre as opções, as mais citadas foram, na seguinte ordem, visita a Parques naturais, atividades de descanso, prática de esportes, sol e praia, compras, aventura e atividades culturais.

Quanto às atividades dentro dos Parques, é vista a preferência dos usuários na seguinte ordem: apreciação do paisagismo, pista de Cooper, ginástica, trilhas, playground, atividade cultural, ciclovias e jogos.

4.2 Turismo atual no PEAMP

O PEAMP apresenta alta na prática do cicloturismo, que é uma modalidade de turismo baseada no ciclismo em áreas naturais. É uma antiga vocação do Parque, já observada antes de seu fechamento para a construção da barragem quando ciclistas iam a Área de visita III, onde se localiza o sítio arqueológico, para fazer uso da Trilha da Onça na prática de *mountain bike*.

Essa atividade é atualmente realizada na Trilha do Lago, de 17 Km, localizada na Área de Visita II, onde se encontram a antiga sede da fazenda que deu origem ao Parque. Essa área conta com Centro de Visitantes, Museu e casa do proprietário, administração do Parque, Estação Ciência, Auditório e área de lazer.

Desde a reabertura do Parque no início do ano de 2013 ele tem recebido visitantes para o uso de suas trilhas nessa área, onde são realizadas também atividades de recreação como piquenique. A partir disso, a manutenção do local passou a ser realizada com maior frequência, sendo feita a roçagem das trilhas e das áreas de lazer, estabelecido e fixado no Parque as suas normas de visita e apoio do pessoal da SEMARH na questão de informações básicas aos visitantes.



4.3 Propostas de desenvolvimento do turismo sustentável

O produto final do projeto relatado pelo presente trabalho é o Plano de Uso Integrado Recreativo do PEAMP. Nele foram criados programas para o uso dos recursos atuais do Parque, onde são consideradas as preferências e vocações notadas no próprio Parque e a pesquisa realizada para determinar o perfil do visitante de Parques em Goiânia.

- **Rota verde**

Na entrevista com os visitantes dos Parques Municipais, 45% das pessoas afirmaram o fator transporte ser importante incentivo para visitação do PEAMP. Para isso será instituído a **Rota Verde**, um circuito baseado no conceito de corredor ecológico, onde são interligados os Parques Municipais de Goiânia ao PEAMP. É uma forma de evidenciar a proximidade do Parque a cidade, além de divulgar sua existência e utilidade como atividade de lazer e recreação para moradores e turistas.

- **Educação**

A educação ambiental é, como descrito por Jacobi (2003), o pilar central das ações que envolvem o desenvolvimento sustentável. É ela quem auxilia na formação de um cidadão mais comprometido com seu meio transmitindo os ideais de uma economia viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Além do fato de que a educação é um dos objetivos de um Parque, em especial do PEAMP por se tratar de educação ambiental e patrimonial devido os recursos presentes na área.

5 Considerações finais

É importante conhecer para preservar. Esse é um princípio completamente aplicável as Unidades de Conservação. Belinassi *et al.* (2011) reconhece a importância do incentivo a visitação, especialmente no contexto da educação ambiental, pois ele deixa claro que a falta de conhecimento sobre a importância da área natural, seja pelas comunidades do entorno ou pelos turistas, é o principal entrave entre a visitação e a conservação da biodiversidade. Se o real objetivo de estar em uma área protegida não é compreendido, as normas nunca serão respeitadas e continuarão as ocorrências de usos indesejáveis de recursos.

Os processos de aprendizado sobre a natureza, a necessidade de conservação da mesma e práticas corretas, seja em relação ao lixo gerado pelo visitante ou a não degradação dos recursos locais, são importantes para formação do cidadão. As atividades realizadas em um Parque podem ajudar na construção de um indivíduo mais consciente com seu entorno, no caso do PEAMP, consciente da história presente no seu ambiente e da importância de se ter uma postura correta perante seu redor, perante a sociedade, constituindo um incentivador de boas práticas.

Referências

BACAL, S. S.; MELO, A. J. S. M.; WIDMER, G. M.; PEREIRA, R. S. Turismo sustentável no Brasil: utopia ou possibilidade? **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 175-181, 2007.



BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm> Acesso em fev. 2013.

CAMPOS, R. F.; FÉLIX, L. A. G.; VASCONCELOS, F. C. W. Política Ambiental Brasileira: histórico legal da criação de áreas protegidas. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, p. 1-16, 2011.

ESPÍNOLA, R. S.; CASTRO, V. M. Ecoturismo e gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.2, p.281-296, mai/ago-2012.

FONTES, T. A.; RIBEIRO, K. C. C. Parque estadual Sumaúma em Manaus: considerações sobre a educação ambiental e sua utilização para a conservação do local. **Revista Eletrônica Aboré** – Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, Manaus, ed. 05, p. 91-105, dez. 2010.

GOIÁS, Governo do Estado. **Lei nº 14.247**, de 29 de julho de 2002. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_leis.php?id=2352> Acesso em: fev. 2013.

GOIÁS, Governo do Estado. **Lei nº 11.878**, de 30 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico de Preservação Ambiental e Florestal e dá outras providências. Disponível em <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=4694> Acesso em: mar. 2013.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHÓ, A. P.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.1-7, 2005.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

MARRA, N. C. Identidades culturais e a sustentabilidade na criação de parques ambientais. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 349-367, jul./dez. 2011.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **MEGADIVERSIDADE**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-35, jul. 2005.

SANTOS, A. A. Parques Nacionais Brasileiros: relação entre Planos de Manejo e a atividade ecoturística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.1, p.141-162, 2011.

SANTOS, A. A.; REZENDE, J. L. P.; BORGES, L. A. C.; BORÉM, R. A. T. Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.1, p. 208-227, 2011.

SILVA, C. A.; MOTA, R. D.; LUCENA, N. N.; MANCINI, C. R. **Análise do perfil do turista que visita a cidade de Goiânia**: uma contribuição ao planejamento local. Relatório da pesquisa de Iniciação Científica apresentada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET GO, Goiânia, 2008.